

A PANDEMIA NO PROGRAMA “A VOZ DO BRASIL”: ANÁLISE DE UMA COBERTURA OFICIAL

PANDEMIC IN THE “THE VOICE OF BRAZIL” PROGRAM: ANALYSIS OF AN OFFICIAL COVERAGE

PANDEMIA EN EL PROGRAMA “LA VOZ DE BRASIL”: ANÁLISIS DE UNA COBERTURA OFICIAL

Izani Mustafá

■ Docente em Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus Imperatriz. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

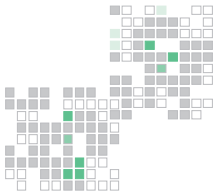
■ E-mail: izani.mustafa@gmail.com

Erivelto Amarante

■ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Comunicação Social pela UFPR.

■ E-mail: novo.eri@gmail.com

257



RESUMO

O artigo tem o objetivo de analisar a cobertura do governo federal sobre a pandemia do Covid-19 no programa "A Voz do Brasil". Ao todo, são analisadas 30 edições entre março e agosto de 2020. Também nesse período, o noticiário completou 85 anos no ar, sendo o programa de rádio mais antigo do país. Considerando o discurso presidencial de negar a gravidade da doença, a nossa hipótese é de que o programa tende a ajustar a cobertura da pandemia à narrativa oficial. O resultado apontou que o noticiário priorizou pautas econômicas, minimizou o número de mortes e tratou da pandemia como um caso secundário.

PALAVRAS-CHAVE: RADIOJORNALISMO; "A VOZ DO BRASIL"; PANDEMIA DA COVID-19; COMUNICAÇÃO POLÍTICA.

ABSTRACT

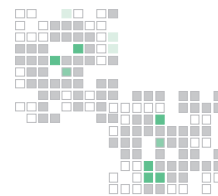
This paper aims to analyze the Federal government's coverage of the Covid-19 pandemic in the program "The Voice of Brazil". Altogether, 30 editions are analyzed between March and August 2020. Also during this period, the news program turned 85 on the air, being the oldest radio program in the country. Considering the presidential speech of denying the seriousness of the disease, our hypothesis is that the program tends to adjust the coverage of the pandemic to the official narrative. The result showed that the news gave priority to economic agendas, minimized the number of deaths and treated the pandemic with a secondary case.

KEYWORDS: RADIO JOURNALISM; "THE VOICE OF BRAZIL"; COVID-19 PANDEMIC; POLITICAL COMMUNICATION.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la cobertura del gobierno federal de la pandemia Covid-19 en el programa "La Voz de Brasil". En total, se analizan 30 ediciones entre marzo y agosto de 2020. También durante este período, el informativo cumplió 85 al aire, siendo el programa de radio más antiguo del país. Considerando el discurso presidencial de negar la gravedad de la enfermedad, nuestra hipótesis es que el programa tiende a ajustar la cobertura de la pandemia a la narrativa oficial. El resultado mostró que la noticia dio prioridad a las pautas económicas, minimizó el número de muertes y trató la pandemia con un caso secundario.

PALABRAS CLAVE: RADIOJORNALISMO; "LA VOZ DE BRASIL"; PANDEMIA DE COVID-19; COMUNICACIÓN POLÍTICA.



1. Introdução

Quando “A Voz do Brasil” entrou no ar pela primeira vez, em 22 de julho de 1935, a moeda oficial do país era o Mil Réis, instituída por Dom Pedro II durante a monarquia. Desde então, o Brasil já teve 10 outras moedas, foi governado por 23 presidentes e passou por cinco constituições. O programa radiofônico mais antigo do país conseguiu sobreviver a sucessivas crises econômicas, instabilidades políticas e mudanças de regime que marcaram a história brasileira. Nesse período, foi usado por governos autoritários e democráticos como um canal de comunicação oficial de baixo custo e de longo alcance, podendo ser sintonizado tanto nas comunidades ribeirinhas da Amazônia como nos escritórios da Avenida Faria Lima, centro financeiro de São Paulo. Mesmo após passar por flexibilizações, a transmissão do noticiário segue obrigatória pelas emissoras de rádio de todo o país.

O uso político do programa gerou contestações desde os seus primeiros anos no ar. Souza (2003) conta que as rádios paulistas optaram por boicotar a transmissão como forma de protesto e resistência a Getúlio Vargas. Em 1932, a Revolução Constitucionalista ocorrida no estado já havia tentado, sem sucesso, derrubar seu governo. Com a ditadura militar de 1964, “A Voz do Brasil” passou a ser usada como instrumento oficial do regime autoritário. Um dos momentos mais marcantes foi a transmissão do pronunciamento do ministro da Justiça Gama e Silva, em 1968, anunciando o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Perosa (1995) lembra que nomes importantes na luta contra o regime, como Juscelino Kubitschek e Dom Hélder Câmara, foram censurados e proibidos de serem mencionados.

Ao longo de quase um século, “A Voz do Brasil” acompanhou de perto não apenas os diferentes governos como também as transformações sociais, econômicas e tecnológicas. Durante a gestão da pandemia da Covid-19, o presidente da

República Jair Bolsonaro foi alvo de várias críticas, a começar por subestimar os danos da doença, que classificou de “gripezinha”. Além disso, atacou a imprensa acusando-a de “causar pânico” na população. Questionado sobre as milhares de vidas perdidas, ele respondeu “e daí?”, em tom de desprezo. Sua maior preocupação passou a ser a economia e os prejuízos financeiros causados pelo isolamento social, medida necessária para evitar o contágio da doença.

Diante da crise sanitária, econômica e social que o Brasil atravessa por conta da pandemia da Covid-19, nosso objetivo neste artigo é observar se o noticiário radiofônico oficial foi mais uma vez contaminado pelo uso político em detrimento do interesse público. Para isso, usamos como metodologia a análise de conteúdo quantitativa. Ao todo, foram analisados 30 programas do bloco governamental, descritos em seção específica.

2. A voz da política

“A Voz do Brasil” é o programa radiofônico mais antigo do Brasil, tendo estreado em 22 de julho de 1935 sob o comando do governo Getúlio Vargas. No início chamava-se “Programa Nacional” e continha informações do Executivo e discursos presidenciais. O objetivo era formalizar pelas ondas do rádio a integração nacional. Foi idealizado pelo diretor do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Lourival Fontes, admirador do modelo nazi-fascista de comunicação, implementado por Mussolini na Itália e por Hitler na Alemanha. Segundo Perosa, tratava-se de um “projeto autoritário de comunicação” que “adquiriu caráter compulsório em 1937”, quando a transmissão passou a ser obrigatória em cadeia nacional (PEROSA, 1995, p. 44).

Desde sua criação, o programa passou por diversas reformulações. Perosa lembra que em 1946 o presidente Eurico Gaspar Dutra foi pressionado por empresários para extinguir o “Hora do Brasil” porque era visto como uma “obsoleta



herança fascista da ditadura de Vargas” (PEROSA, 1995, p. 57). Mas a única mudança foi no nome. Por meio do decreto nº 9.788 passou a se chamar “A Voz do Brasil”.

Durante a Ditadura Militar, o programa ficou sob responsabilidade da Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp) e tornou-se a voz oficial dos militares. Anos depois, quando o país começava a abrir espaço para a democracia, o governo criou, em 23 de maio de 1979, a Empresa Brasileira de Notícias (EBN), substituindo a Agência Nacional. Durante a redemocratização, em 22 de junho de 1988, a EBN foi incorporada à Empresa Brasileira de Radiodifusão (Radiobrás), criada em 1976, no governo Geisel, e “ligada aos objetivos da Doutrina de Segurança Nacional, de integração ideológica através dos meios de comunicação” (PEROSA, 1995, p. 150).

Em 1998, a locução finalmente passou a ter uma voz feminina. Além disso, a frase “Em Brasília, 19 horas” passou a ser “Sete horas, em Brasília” e novos bordões passaram a ser incluídos na abertura como “Está no ar, a sua voz, a nossa voz, a voz do Brasil”. Além do tom mais informal dos apresentadores, a trilha sonora foi modernizada com versões de “O Guarani” em ritmos como samba, axé, capoeira e clássico.

Em 2003, primeiro ano do governo Lula, o jornalista Eugênio Bucci assumiu a direção da Radiobrás e a transformou, junto com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, em 2007, em Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Estava dado o primeiro passo para a criação de uma comunicação pública no Brasil. De acordo com Garcez (2009), que também foi diretor da EBC, em entrevista a Zucoloto, o objetivo era “construir uma programação pautada não pelo interesse na divulgação da posição oficial do governo” (GARCEZ, 2009 apud

ZUCOLOTO, 2012, p. 206).

Com a implementação da EBC, foi possível a profissionalização dos servidores da área da comunicação por meio de concurso público. Outra diferença estava na direção de cargos. Silva (2020) salienta que entre os governos de Lula e Dilma Rousseff as empresas foram comandadas por “jornalistas com carreira consolidada em setores da mídia comercial, como Eugênio Bucci, Tereza Cruvinel, Nelson Breve e Ricardo Melo” (SILVA, 2020, p. 214-215).

Com o afastamento da presidente Dilma, Michel Temer (MDB) exonerou o presidente da EBC Ricardo Melo e nomeou o jornalista Laerte Rimoli, aliado político de Aécio Neves (PSDB). Silva (2018; 2020) ressalta que nesse período ocorreram 30 demissões por decreto e a extinção do Conselho Curador da EBC, formado por membros do governo, do legislativo e da sociedade civil. Sob Temer, o programa voltou a produzir reportagens com viés governista, ouvindo mais as fontes oficiais. (SILVA, 2020, p. 215-216). Já sob o comando de Jair Bolsonaro, houve a fusão da TV Brasil com a NBR TV, o que Silva classifica como o “aparelhamento do já frágil sistema público de comunicação em nosso país” (SILVA, 2020, p. 216).

A partir de agosto de 2020, a retransmissão de “A Voz do Brasil” passou a ser flexibilizada. Com a regulamentação do governo, as regras permitem às emissoras veicular o programa entre às 19 e 21 horas. No entanto, as emissoras educativas seguem obrigadas a colocar no ar o programa às 19 horas. Por sua vez, as rádios legislativas podem transmitir o noticiário até às 22 horas. O decreto permite ainda que as emissoras peçam dispensa junto ao Ministério das Comunicações para casos excepcionais e de interesse público, como eventos culturais, religiosos, esportivos, educativos ou jornalísticos.

3. A pandemia de Covid-19

Nesta seção, apresentamos o contexto dos principais fatos relacionados com a Covid-19¹, uma doença respiratória causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). O primeiro caso foi identificado em Wuhan, na China, em 1º de dezembro de 2019. A gravidade dos sintomas varia, podendo chegar à insuficiência respiratória fatal. No Brasil, a Covid-19 apareceu oficialmente pela primeira vez em 26 de fevereiro de 2020, dia em que o Ministério da Saúde confirmou um caso importado da Itália. Em 17 de março, foi notificada a primeira morte pela doença em São Paulo. Em 22 março, todos os estados brasileiros já possuíam casos confirmados dessa doença.

Devido a sua alta taxa de transmissibilidade, uma das medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar a propagação do coronavírus é o isolamento social. No entanto, em 24 de março, Bolsonaro fez um pronunciamento² criticando o pedido para que as pessoas ficassem em casa. O presidente culpou a imprensa por espalhar o que chamou de “sensação de pavor” e disse que se contraísse a doença, ela seria apenas uma “gripezinha”. Para socorrer os trabalhadores informais, ele enviou ao Congresso uma proposta de auxílio emergencial no valor de R\$ 200,00. Os parlamentares consideraram o valor insuficiente e aumentaram o abono para R\$ 600,00. Sem a devida organização, o saque do benefício gerou filas em todo o país, causando aglomeração em meio à pandemia.

O número de mortes em decorrência da Covid-19 aumentou rapidamente pelo país. O símbolo do caos sanitário foram as imagens de

centenas de covas abertas nos cemitérios para enterrar as vítimas. Em 5 de maio, o número de óbitos chegou a 7.390. Com isso, o Brasil ultrapassou a China em número de vítimas fatais. Questionado sobre os dados, o presidente disse “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Sou Messias, mas não faço milagre”. Enquanto desprezava as vidas perdidas, Bolsonaro dedicava seus esforços e discursos para defender a economia e negar a doença. Em reunião com empresários e lobistas, em 7 de maio, o governante salientou que com a pandemia “haverá mortes de CNPJ”, referindo-se a baixas no número de empresas.

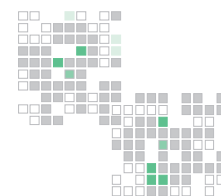
O presidente também foi criticado pelas sucessivas trocas de ministros da Saúde ao longo da pandemia. Em 16 de abril, exonerou Luiz Henrique Mandetta, no cargo desde o início do governo, em 2019. Para o posto, foi nomeado o médico e empresário Nelson Teich. Menos de um mês depois, em 15 de maio, ele pediu demissão alertando sobre os riscos do uso da cloroquina para o tratamento da doença e defendendo as medidas de distanciamento social. Em seu lugar ficou o general Eduardo Pazuello, que primeiro ocupou o cargo como interino e assumiu como titular apenas em 16 de setembro. Em meio à crise política, o número de mortes disparou. Em 29 de julho, o país registrou 1.595 vítimas em apenas 24 horas. A esse ritmo, não demorou para o Brasil chegar à marca de 100 mil óbitos, alcançada em 8 de agosto, menos de cinco meses após a primeira morte.

Percursos metodológico

Segundo Lucia Santaella (2001), hipóteses são afirmações iniciais do fenômeno observado que podem ser comprovadas ou refutadas ao final do estudo. Considerando o histórico de uso político de “A Voz do Brasil” e o contexto envolvendo as ações do presidente Jair Bolsonaro em minimizar os efeitos da pandemia na área da saúde, partimos do pressuposto que o programa radiofônico

1 As informações foram extraídas do site da Sanar. A entidade reúne conteúdos na área da saúde e publicou uma cronologia sobre a pandemia no Brasil. Disponível em: <<http://bit.ly/c19line>>. Acesso em 10 set. 2020.

2 Disponível em <https://youtu.be/VL_DYb-XaAE>. Acesso em: 10 set. 2020.



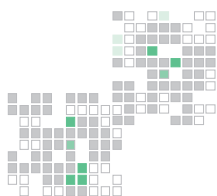
serviu para atender a narrativa oficial do governo e concentrou a abordagem da cobertura da Covid-19 sob o ponto de vista das consequências para a economia. Para testar a validade da nossa hipótese vamos utilizar a metodologia da Análise de Conteúdo (AC) quantitativa.

Nos estudos de comunicação, vários trabalhos já fizeram uso dessa abordagem metodológica. Recuero (2014) analisou o discurso sobre o Dia da Consciência Negra no Twitter interseccionando a Análise de Conteúdo e a Análise de Redes (*Clustering Analysis*) e concluiu que o termo “negro” foi subutilizado no debate, ficando “mais marginalizado e menos central” (RECUERO, 2014, p. 307). Bittencourt (2020) verificou a construção da figura política de Bolsonaro em 178 artigos publicados no jornal *El País*, entre 2014 e 2018, e observou que seu perfil conservador foi usado em tom de alerta, ressaltando os aspectos negativos que representaria sua candidatura presidencial.

Como aporte metodológico, usamos como referencial a regra da exaustividade proposta por Bardin (2011), a qual exige que nenhum elemen-

to coletado na amostra seja desconsiderado. A autora também propõe a categorização como forma de operacionalizar os resultados da pesquisa considerando que esse modelo “não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados em bruto” (BARDIN, 2011, p. 147).

Bardin (2011) também ressalta que a organização e a seleção do material é uma das etapas mais importantes da pesquisa. Deste modo, optamos pela seleção de 30 programas de “A Voz do Brasil” veiculados entre os meses de março, quando foi registrado o primeiro caso, e agosto, quando o país atingiu a marca de 100 mil mortes. Como recorte, a análise se deteve apenas no bloco de 25 minutos dedicado ao governo federal. O tipo de coleta foi manual, feito no site oficial³ do programa. Para cada mês, escolhemos cinco episódios de uma mesma semana. O critério de escolha levou em conta os principais acontecimentos que marcaram o mês específico, como a saída de ministros e o aumento das mortes, conforme detalhado no quadro abaixo.



Quadro 1. Corpus

Mês/2020	Dias analisados	Fato relevante
Março	16, 17, 18, 19, 20	Primeiras mortes;
Abril	13, 14, 15, 16, 17	Demissão de Mandetta; Posse de Teich.
Mai	11, 12, 13, 14, 15	Demissão de Teich.
Junho	15, 16, 17, 18, 19	Mais de 1 milhão de casos.
Julho	13, 14, 15, 16, 17	Bolsonaro com Covid-19; 75 mil mortes.
Agosto	10, 11, 12, 13, 14	Brasil chega a 100 mil mortes.

Fonte: Autores

³ A Voz do Brasil fica disponível para *download* no site: <https://rederacionalderadio.com.br/programas/a-voz-do-brasil-download>.

Todo o corpus do estudo está disponível para consulta e download no link: <http://bit.ly/covid19vox>. Para este artigo, utilizamos como instrumento de análise os documentos em áudio coletados. Godoy (1995) considera que os dados primários representam uma “fonte não-reativa” e que a sua interpretação “envolve uma visão holística dos fenômenos analisados, demonstrando que os fatos sociais sempre são complexos, históricos, estruturais e dinâmicos” (GODOY, 1995, p. 22). O processo de trabalho baseou-se na audição e transcrição de todos os programas, dividindo cada notícia de acordo com o tempo e o espaço ocupado no noticiário. A partir dessa etapa, os dados foram divididos por categoria, conforme recomendado por Bardin (2011, p. 147). A seguir apresentamos os resultados da pesquisa empírica a partir de cada categoria.

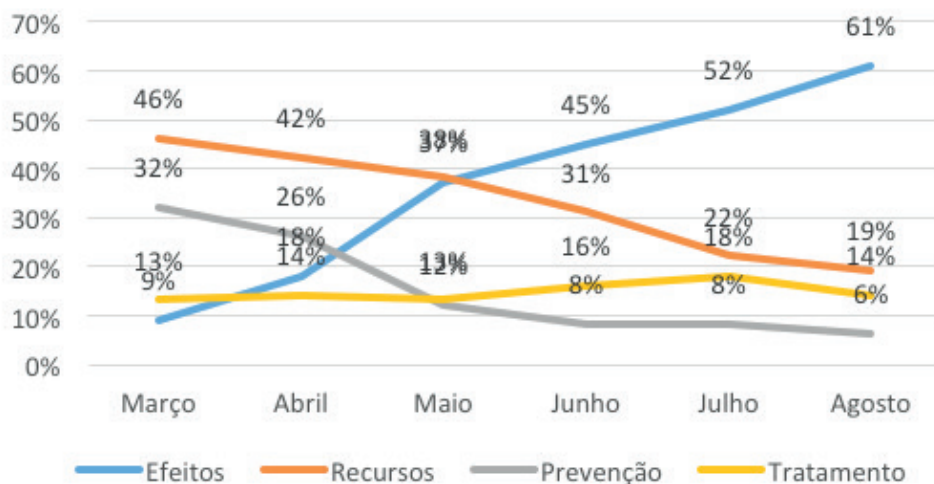
4. Resultados

O **Gráfico 1** mostra a categorização das notícias que fazem referência especificamente à pandemia. Para testar nossa hipótese, optamos por dividir a cobertura da Covid-19 em quatro subcategorias. A primeira delas refere-se aos efeitos na economia e em outros setores da sociedade; a segunda trata dos recursos distribuídos pelo governo para

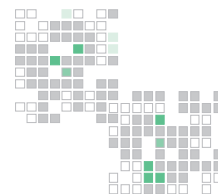
o enfrentamento da doença; a terceira diz respeito às medidas de prevenção e conscientização, incluindo recomendação para isolamento social e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); por fim, a quarta aborda o tratamento da doença e uma possível vacina. Os dois primeiros grupos estão relacionados com os efeitos econômicos e a gestão da crise, e os dois últimos tratam da crise sanitária na área da saúde.

Nos primeiros meses da pandemia, verificamos que as principais notícias sobre a Covid-19 estavam relacionadas principalmente com a distribuição de recursos públicos e com medidas de prevenção da doença, representando quase dois terços da cobertura. Em relação aos recursos, destaque-se o socorro financeiro do governo federal aos estados e municípios para enfrentar o problema em suas regiões e também a distribuição do auxílio emergencial para autônomos e inscritos em programas sociais como o Bolsa Família. Nesse primeiro momento, em que o novo vírus ainda se espalhava, a preocupação com seus reflexos na economia era incipiente. O Ministro da Saúde à época, Luis Henrique Mandetta, tinha por hábito dar entrevistas diárias à imprensa e muitas das suas declarações eram em defesa do isolamento social.

Gráfico 1. Assuntos Covid-19



Fonte: Autores



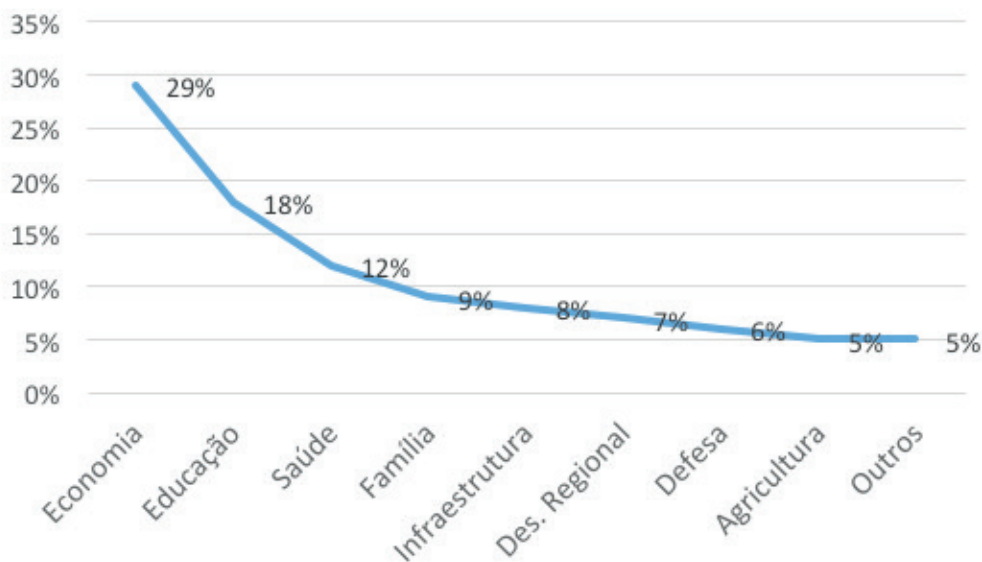
As linhas do Gráfico 1 começam a inverter-se a partir de maio. Nesse período, o cargo de Ministro da Saúde ficou vago. Nelson Teich, substituto de Mandetta, decidiu entregar o posto por não concordar com as posições de Bolsonaro sobre a pandemia. Em seu lugar, ficou interinamente o general Eduardo Pazuello, aliado do presidente. A partir disso, a cobertura de “A Voz do Brasil” passa a tratar com mais ênfase sobre os efeitos da pandemia na área econômica. Percebe-se também um esforço em divulgar dados positivos da economia sugerindo um impulso para a retomada das atividades, mesmo quando boa parte das regiões do país ainda estava sob os efeitos da quarentena, recomendação dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com respaldo na ciência.

Em agosto, mês em que o Brasil atingiu a marca de 100 mil mortes pela Covid-19, a maior parte da cobertura sobre a pandemia em “A Voz no Brasil” era voltada para assuntos que não estavam diretamente relacionados com o problema de saúde pública. Até mesmo as pautas sobre a distribuição de recursos perderam fôlego. O foco passou

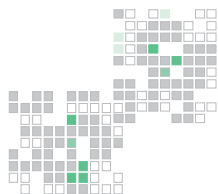
a ser primordialmente os assuntos econômicos, incluindo uma série de reportagens para tratar da retomada da economia. A trágica marca de 100 mil mortes, que ganhou grande repercussão na imprensa, não foi considerada no noticiário oficial. Desde maio, o balanço diário divulgado no programa começava pelo número de recuperados, deixando as vítimas em último lugar.

O **Gráfico 2** apresenta os ministérios que receberam mais cobertura durante os 30 programas de “A Voz do Brasil” analisados durante a pandemia. A pasta da Economia liderou o noticiário, com mais do que o dobro de menções que o da Saúde, que ficou em terceiro lugar. O auxílio emergencial dominou boa parte das notícias e não estava relacionado com a área da saúde. O governo criou programas para ajudar empresas e arcar com parte dos custos da folha de pagamento dos funcionários. Também foram adotadas medidas que suspenderam temporariamente o pagamento de dívidas fiscais. Essas iniciativas ocuparam parte considerável da agenda do informativo e passavam, de alguma forma, pela pasta da economia.

Gráfico 2. Notícias por ministério



Fonte: Autores



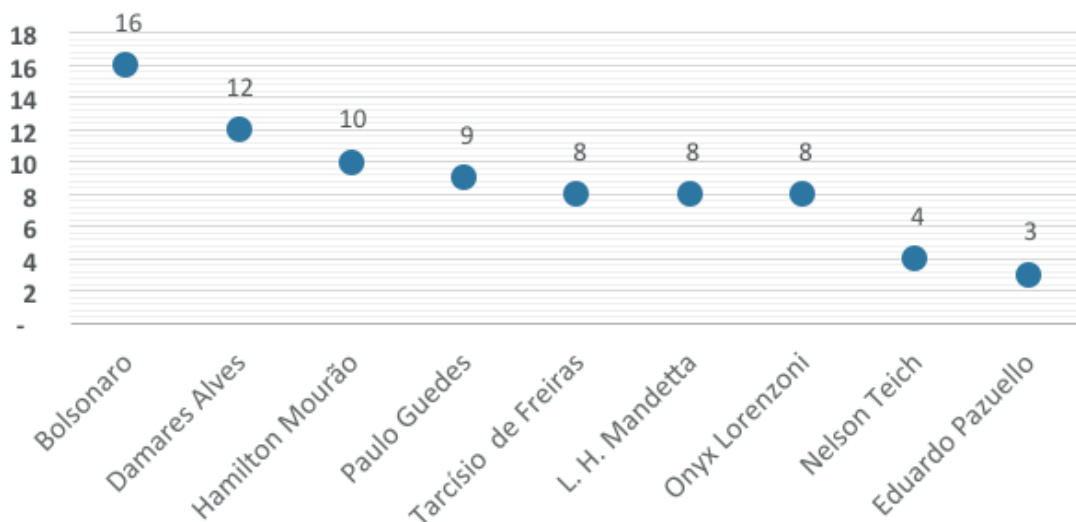
A segunda pasta que recebeu mais cobertura do noticiário oficial foi a da Educação. No primeiro semestre normalmente ocorrem as inscrições de vários programas educacionais, como o ProUni, que oferece bolsa de estudos para alunos que estiverem cursando universidades privadas, e o Sisu, que distribui vagas em universidades públicas. Além disso, também ocorrem as inscrições para o Enem, maior vestibular do país. Apesar da pandemia, o calendário não mudou. Somente após receber muitas críticas, o governo adiou a data da prova. Com isso, as notícias sobre educação cresceram e ocuparam uma fatia importante do corpus. A cobertura dada a esses temas em meio à pandemia indica que “A Voz do Brasil” optou por focar em pautas factuais, como se o país não estivesse atravessando uma crise sanitária.

O que chama atenção nessa categoria é o grande espaço dado para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, liderado pela pastora evangélica Damares Alves, tida como um dos pilares do conservadorismo do governo. Curiosamente, uma das principais atuações de Damares durante a pandemia foi dar assistência aos povos indígenas, com a distribuição de alimentos e materiais de proteção nas aldeias. As pastas de Infraestrutura, com notícias sobre a lo-

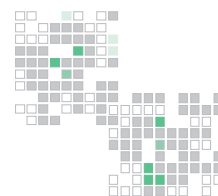
gística da compra e envio de testes e equipamentos; do Desenvolvimento Regional, responsável por destinar recursos aos estados e municípios; da Defesa, atuando principalmente no combate a incêndios na Amazônia; e da Agricultura, usado para repercutir notícias positivas para economia quanto a colheita recorde de grãos; também se destacaram.

O **Gráfico 3** mostra as autoridades que tiveram a maior quantidade de sonoras (áudios) em “A Voz do Brasil” durante os dias analisados. Este momento é considerado nobre para o ator político, já que ele tem a oportunidade de emitir diretamente a sua mensagem no noticiário. A voz mais ouvida nos 30 programas foi a de Jair Bolsonaro. O presidente tem declarações em 16 oportunidades sobre assuntos relacionados com a pandemia e com a economia. Os áudios registrados eram normalmente de entrevistas dadas por ele à imprensa ou de trechos de pronunciamentos. Embora não tenha dado nenhuma entrevista exclusiva, Bolsonaro foi a única autoridade do governo que teve seu discurso transmitido ao vivo. Na cerimônia de posse de Teich como Ministro da Saúde, em 17 de abril, a fala do presidente, feita em discurso, afirmava que além da saúde, seu papel era também o de cuidar da economia.

Gráfico 3. Sonoras



Fonte: Autores



Em segundo lugar, com um total de 12 sonoras, aparece a ministra Damares Alves. Apesar de seu ministério ser um dos menos expressivos em relação ao orçamento, é considerado estratégico para o núcleo ideológico do governo por promover os valores morais e conservadores da família tradicional. Em 14 de agosto, uma sonora repercutia a entrega de cestas básicas para comunidades indígenas no Acre. Outro personagem com bastante presença é o vice-presidente, Hamilton Mourão, com um total de 10 sonoras nos 30 programas analisados. Na maioria dos áudios, ele trata das operações de combate ao desmatamento na Amazônia, atividade que coordena em parceria com o Ministério da Defesa.

O ministro da economia, Paulo Guedes, aparece em quarto lugar, com nove sonoras. Embora seu ministério tenha tido uma cobertura ampla, ele é ouvido diretamente em nove sonoras. Já o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, aparece em oito participações. Bastante atuante enquanto chefiava a pasta da Saúde, Mandetta está em oito sonoras, número expressivo considerando que seu período no cargo contemplou menos de duas semanas do nosso corpus. Seu substituto, Nelson Teich, que ficou menos de um mês no cargo, teve metade das falas. Por sua vez, o interino Eduardo Pazuello, teve sua voz transmitida três vezes no noticiário. Somados, os três ministros chegam a 15 sonoras, migrando para a segunda posição no gráfico. O ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, teve oito sonoras, a maioria tratando do auxílio emergencial.

Outra categoria analisada foi a de “Entrevistas”. Ao contrário das sonoras, que são gravadas, editadas e ocupam poucos segundos dentro de uma reportagem, esse formato costuma ser ao vivo, muitas vezes com a presença da fonte no estúdio, e com um espaço maior. Nos 30 programas analisados, apenas cinco tiveram alguma entrevista. Nenhuma delas com o Ministro da Saúde ou alguma autoridade do primeiro escalão da pasta.

Por outro lado, a Ministra da Agricultura, Teresa Cristina Dias, participou do programa em 14 de agosto e ocupou um terço da edição para falar da colheita da “maior safra da história”. Também participaram os ministros das pastas da Educação, da Infraestrutura e do Turismo. As perguntas quase sempre abordavam assuntos alheios à pandemia ou onde o tema era tratado como secundário.

5. Considerações finais

Desde que entrou no ar pela primeira vez, em 1935, “A Voz do Brasil” coleciona críticas devido ao seu viés tendencioso. Outro questionamento recorrente é em relação à manutenção da sua obrigatoriedade de retransmissão pelas emissoras de rádio do país. Embora com algumas flexibilizações, esse fato indica como o programa tem importância na estratégia de comunicação governamental, principalmente por alcançar as regiões mais distantes do país, como a Amazônia, onde o rádio muitas vezes é o único meio de informação. Nossa pesquisa teve como objetivo verificar como o noticiário mais antigo do rádio no Brasil foi utilizado pelo governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19, entre março e agosto de 2020.

A primeira categoria analisada nos indicou que as críticas contra o jornalístico oficial têm fundamento. Ao dividir as notícias sobre a pandemia em subcategorias, foi possível verificar que o informativo foi sendo moldado com o passar dos meses para atender a narrativa do presidente Bolsonaro que, desde o início, estava mais preocupado com as perdas econômicas do que com a vida dos brasileiros. Isso fica nítido entre julho e agosto, quando a maior parte do programa passa a tratar a pandemia como um problema secundário. O foco é a retomada da economia e os números positivos do agronegócio.

O recorte, baseado nos fatos mais relevantes da pandemia, foi essencial para entendermos

como “A Voz do Brasil” enquadraram os assuntos polêmicos que repercutiram dentro e fora do governo. Nesse sentido, a saída dos ministros da Saúde, Luis Henrique Mandetta e Nelson Teich, mostram como o noticiário omitiu informações de interesse público. Não houve, por exemplo, qualquer explicação sobre o que motivou as mudanças em meio à crise e nenhuma sonora dos antigos ocupantes da pasta justificando a saída do cargo, mesmo eles tendo concedido entrevistas coletivas de despedida com críticas sobre as posições do presidente.

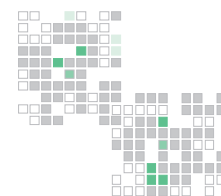
A divulgação do número de mortes também revelou a influência da voz governista do noticiário. Nos primeiros programas, ainda com Mandetta como ministro, os balanços eram detalhados, apresentando o total de casos e de vítimas no país. A partir de maio, os dados são apresentados superficialmente, com destaque ao número de recuperados. Aliás, uma das críticas de Bolsonaro à imprensa é que a prioridade era ressaltar as mortes causadas pelo coronavírus. Isso, segundo o presidente, gerava pânico na população. O que, no nosso entendimento, não procede, pois informar a situação de uma crise sanitária como a provocada pela Covid-19 interessa a todos os ouvintes e estaria respaldada na Constituição Federal de 1988. A Carta garante no § 2 do art. 216 que “todos os cidadãos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral [...]”. No entanto, o que percebemos é que o governo passou a repressar os balanços diários para evitar que os dados fossem divulgados. Além disso, a expressiva marca de 100 mil mortes foi ignorada por “A Voz do Brasil”, que passou a informar os dados de forma corriqueira e sem profundidade.

O ministério que mais recebeu cobertura durante a pandemia no “A Voz do Brasil” não foi o da Saúde. Aliás, a pasta ficou em terceiro lugar. Por outro lado, o fato de a Economia liderar a categoria revela as prioridades do governo duran-

te a crise sanitária. Já a Educação, em segundo lugar, mostra que a cobertura focou em temas do cotidiano, com assuntos factuais, envolvendo as inscrições em programas educacionais. Mas também tiveram espaço as reportagens sobre as escolas cívico-militares, uma das propostas de campanha de Bolsonaro à presidência. A pasta da Defesa também recebeu um espaço considerável durante a audição dos programas.

A categoria que analisou as sonoras das autoridades revelou que a voz predominante na cobertura é a do presidente Jair Bolsonaro. E o que chama atenção é o espaço dado para a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. A pastora evangélica, considerada porta-voz do conservadorismo do governo, teve mais espaço do que todos os outros ministros, mesmo comandando uma pasta com baixo orçamento e considerada pouco expressiva. Esse fato indica que a agenda do informativo foi organizada de acordo com os interesses ideológicos do governo. Além disso, considerando o contexto da pandemia, os ministros que chefiaram a pasta da Saúde tiveram um espaço aquém do ideal, o que contrasta com o desinteresse do governo em tratar da crise como um problema de saúde pública.

De modo geral, observamos que a cobertura de “A Voz do Brasil” sobre a pandemia foi superficial e focada nos efeitos econômicos. Com o passar dos meses, a crise sanitária passou a ser abordada sem relevância e as mortes que nunca pararam de crescer no Brasil foram sendo normalizadas no noticiário, que continuou fazendo a cobertura de outros assuntos factuais. O espaço dado a temas que envolviam as Forças Armadas e o ministério de Damares Alves também corroborou a nossa hipótese inicial de interferência e uso político. A voz que predominou foi a do Brasil que interessava ao governo, que ao controlar a produção do programa sufocou as relações de poder normalmente estabelecidas no jogo mi-



diático (AZEVEDO, 2004; COOK, 2011). Prova disso foi a ausência das fontes autorizadas para o assunto Covid-19, como cientistas e especialistas da área da saúde que estavam trabalhando na linha de frente. Ao manter a narrativa oficial,

concluimos que o noticiário foi instrumentalizado pelo Executivo e o interesse público que deve permear os programas radiofônicos não foi contemplado na maior parte da cobertura analisada nesta pesquisa.

Referências

- AZEVEDO, Fernando Antônio. **Agendamento da política**. RUBIM, AAC Comunicação e política: conceitos e abordagens. São Paulo: Editora Unesp, p. 41-71, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BITTENCOURT, Maria Clara Aquino. **A construção da figura política de Bolsonaro no El País: um exercício metodológico para análise sobre produção de sentido no jornalismo**. Galáxia, n. 43, 2020.
- COOK, Timothy. **O jornalismo político**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, p. 203-247, 2011.
- GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de empresas, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- GOVERNO regulamenta regras de retransmissão de A Voz do Brasil**. Agência Brasil: Brasília, 12 de agosto de 2020.
- PEROSA, Lilian Maria. F. de Lima. **A hora do clique: análise do programa de rádio Voz do Brasil da Velha à Nova República**. São Paulo: Annablume; ECA-USP, 1995.
- RECUERO, Raquel. **Discutindo análise de conteúdo como método: o #DiadaConsciênciaNegra no Twitter**. Cadernos de Estudos Linguísticos, v. 56, n. 2, p. 289-309, 2014.
- SILVA, Luciana Paula Bonetti. **O jornalismo no programa de rádio A Voz do Brasil em períodos de crise política – análise de coberturas entre 1985 e 2017**. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2018.
- SILVA, Luciana Paula Bonetti. **A Voz do Brasil: A adoção de Formatos Radiojornalísticos pelo programa oficial ao longo de seus 85 Anos**. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacil [et al]. Rádio no Brasil: 100 anos de história em (re) construção. Ijuí: Ed. Unijuí, 2020.
- SOUZA, José Inácio. **O Estado contra os meios de Comunicação (1889- 1945)**. São Paulo, Annablume Fapesp: 2003.
- ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

